

Assemb. Constituinte

Comissão legislará enquanto Congresso discutir Constituição

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), anunciou ontem, em São Paulo, pontos que já se encontram "praticamente definidos" com relação à Assembléia Nacional Constituinte, "por serem consensuais entre quase todos os partidos". O primeiro desses pontos é que os deputados e senadores a serem eleitos em 15 de novembro de 1986 serão os constituintes, retomando suas atividades legislativas normais assim que a Constituição for promulgada.

Durante o período em que durar a Constituinte, que Ulysses Guimarães avalla em cerca de um ano, haverá uma comissão representativa de deputados e senadores com incumbência de cuidar das atividades legislativas ordinárias. Essa comissão terá, segundo ele, entre 70 e 80 membros e para sua formação será observada a proporcionalidade entre os partidos políticos.

Ulysses Guimarães comentou que, durante o final de semana, conversou várias vezes com o deputado Flávio Bierrembach, relator do projeto de convocação da Constituinte e que prepara o substitutivo a ser apresentado amanhã, em Brasília. "Não estou interferindo no trabalho de relator — disse o presidente da Câmara — porque estes pontos são praticamente consensuais. Apenas o PT não concorda com que os parlamentares não sejam exclusivamente constituintes."

A comissão representativa, segundo Ulysses Guimarães, evitará que seja adotada a solução hoje prevista, de que o presidente da República legisle por decretos-leis. Será unicameral e terá, como sede, o edifício do Senado. "Sei que é difícil, que não é uma solução perfeita — ponderou — mas se formos procurar saídas

ideais e ortodoxas, vamos acabar criando outros problemas, que irão disputar o tempo e a preocupação dos constituintes".

"No entanto — prosseguiu — se esta idéia não for boa, poderemos examinar outras. Considero, contudo, que será uma imprudência manter o legislativo funcionando normalmente, com a sobrecarga do Poder Constituinte".

O presidente da Câmara considera, também, que a indicação de delegados constituintes, a partir de entidades de classe, e representantes da sociedade civil "poderia criar embaraços". Por isso, ele prefere a Assembléia Constituinte "como ela foi idealizada e anunciada por Tancredo Neves e José Sarney, isto é, sem delegados constitucionais".

A anistia aos militares é outro ponto que preocupa Ulysses, e ele informou ontem que já surgiu "uma fórmula viável" que tornará "possível que se faça o que se pode fazer, no presente momento". Não quis, no entanto, anunciar essa fórmula, sob a alegação de que ainda precisa conversar "com todos os partidos políticos" a esse respeito.

Depois de anunciar que o novo projeto de Lei Orgânica dos Partidos Políticos entrará na pauta no Congresso amanhã, Ulysses Guimarães comentou que o problema da desincompatibilização de mineiros e secretários que pretendem disputar eleições, também caminha para o consenso. A idéia predominante, hoje, é que os ministros e secretários que também foram parlamentares terão prazo de desincompatibilização de seis meses; caso contrário o prazo se estenderá para oito ou nove meses. "Mas esse é, ainda, um acerto pendente", ponderou.